Álvaro Garrido – Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

MÁRIO RUIVO, em homenagem

Mário João de Oliveira Ruivo nasceu em Campo Maior em 1927.

Licenciou-se em 1950 pela Universidade de Ciências de Lisboa. De seguida, entre 1951 e 1954, especializou-se em Oceanografia Biológica e Gestão de Recursos Vivos Marinhos na Universidade de Paris, Sorbonne.

Especialista em Oceanografia Biológica, foi um dos pioneiros da Biologia marinha em Portugal. Na qualidade de jovem cientista do Instituto de Biologia Marítima, nos anos cinquenta participou activamente nos primeiros programas de estudo das populações de bacalhau do Atlântico Norte, nos bancos da Terra Nova e na costa oeste da Gronelândia. Contando com apoio logístico do Gabinete de Estudos das Pescas – organismo técnico nascido em 1952 –, Mário Ruivo foi nomeado responsável pelo programa português de amostragens e estudo das populações de bacalhau e outros gadídeos. Foi um projecto novo, inserido na crescente participação de Portugal em organismos de gestão multilateral das pescas, em especial na área convencional da ICNAF (actual NAFO), criada ao abrigo da Convenção de Washington em 1948.

Desse trabalho científico de regulação do esforço de pesca no Atlântico Norte e da experiência que teve a bordo dos bacalhoeiros da lendária frota branca, Mário Ruivo guardou e exprimiu gratas recordações. Fê-lo em diversas conferências no Museu Marítimo de Ílhavo, simpatia que o Museu retribuiu com a edição de um inédito que o jovem biólogo escreveu no mar, em 1957, em co-autoria com o piloto António Nunes de Oliveira. O pequeno livro, uma preciosidade, intitula-se *Aparelhos e métodos de pesca à linha usados na Frota Bacalhoeira Portuguesa* e conheceu agora a sua segunda edição.

Nos seus anos de estudante em Lisboa, Mário Ruivo militou no MUD juvenil, movimento de oposição ao salazarismo onde conheceu Mário Soares e Octávio Pato, entre outros jovens antifascistas. Militante clandestino do PCP, pertenceu à Direcção Universitária de Lisboa do MUD Juvenil. Foi preso em 1947, na sequência da actividade conspirativa liderada pelas juventudes comunistas e pela frente antifascista que se formara no final da Guerra.

Apesar da sua conhecida militância nas oposições à ditadura, dada a escassez de cientistas do mar em Portugal e de biólogos em particular, nos anos cinquenta Mário Ruivo assumiu responsabilidades importantes em organismos científicos da Organização Corporativa das Pescas onde imperava a figura de Henrique Tenreiro. Entre 1954 e 1961, foi investigador e vice-director do Instituto de Biologia Marítima. Aí desenvolveu um importante trabalho de investigação sobre os recursos vivos da plataforma continental portuguesa.

O Instituto era um pequeno organismo animado por um programa ambicioso. Fora criado em 1950 pelo médico naturalista Alfredo de Magalhães Ramalho, quando a Estação de Biologia Marítima se separou do Aquário Vasco da Gama. Pioneiro de uma "Ciência das Pescas" em Portugal, o Instituto abriu caminho a uma menor limitação da investigação aos domínios da Marinha. De par com a Junta de Investigação das Pescas do Ultramar, cujas missões de bioceanologia em Angola quebraram o marasmo científico que o Estado Novo trouxera, o Instituto de Biologia Marítima contribuiu para a formação das primeiras gerações de biólogos do mar.

Na qualidade de cientista do mar e de especialista em "Biologia Piscatória" – era essa a expressão da época –, Mário Ruivo foi um dos representantes portugueses às conferências das Nações Unidas sobre Direito do Mar, ambas realizadas em Genebra, em 1958 e 1960. Nessas conferências, muito marcadas pelos interesses geoestratégicos da Guerra Fria, foi discutido o alargamento das águas territoriais dos estados costeiros, o que teria incidência nos direitos de navegação e

pesca. Juntamente com o Comandante Joaquim Gormicho Boavida, Mário Ruivo defendeu os direitos históricos das pescas longínquas portuguesas, participando em detidas negociações com o Canadá, os Estados Unidos e a Dinamarca.

De 1961 a 1974, Mário Ruivo viveu fora de Portugal. Ficar seria um risco, apesar da admiração que Henrique Tenreiro sempre manifestara por ele. Além do talento e vivacidade do jovem cientista, ambos tinham raízes familiares em Campo Maior… Durante esse período coincidente com as guerras coloniais Mário Ruivo trabalhou treze anos em Roma, como investigador e director da Divisão de Recursos Aquáticos e Ambiente do Departamento de Pescas da FAO.

Quando se deu a Revolução de 25 de Abril de 1974, Mário Ruivo regressou de imediato a Portugal e assumiu protagonismo no desmantelamento da oligarquia corporativa das pescas. Ocuparam-no muito as questões laborais, a reconversão das frotas e a extinção do Fundo de Renovação e Apetrechamento da Indústria da Pesca, o célebre FRAIP, principal instrumento monopolista das "pescas corporativas". Foi Secretário de Estado das Pescas do II, III e IV Governos Provisórios e ministro dos Negócios Estrangeiros do V Governo Provisório. Teve um papel fundamental no retorno das pescas a uma tutela eminentemente civil.

Ainda em 1974, chefiou a delegação portuguesa à III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Em pleno turbilhão revolucionário, o ordenamento jurídico dos Oceanos conhecia mudanças inéditas. O Estado português saído da Revolução – um Estado em reconstrução – foi dos primeiros a aderir ao conceito de Zona Económica Exclusiva alinhando com diversos países afro-asiáticos e outros países litorâneos, a exemplo do Canadá. Essa opção de política externa correspondia a uma imensa vaga transformadora do direito mar. Punha fim a séculos de liberdade dos mares e alterava o regime de acesso a pesqueiros internacionais. Mário Ruivo foi um decisor de

primeiro plano nessa transição histórica da velha nação marítima ultramarina para um Estado costeiro.

A dimensão humanista de Mário Ruivo e o seu excepcional contributo para as causas do mar e para uma visão integrada do Oceano marcaram profundamente as políticas públicas do mar da Democracia portuguesa.

Mário Ruivo era um homem generoso, criativo e profundamente inquieto. Devemos salientar o seu contributo para a actual Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que constitui o principal instrumento de governação dos Oceanos, e importa lembrar o seu imenso papel no projecto da Expo'98 de que foi conselheiro científico. Foi ele, também, o principal promotor do Ano Internacional dos Oceanos, celebrado em 1998, e da Comissão Mundial Independente das Nações Unidas para os Oceanos, presidida por Mário Soares. Dessa actividade ficou um admirável Relatório, "um património para o futuro".

Paladino de políticas ambientais integradas e de uma ideia holística do Oceano que cedo contrapôs à velha noção de mares territoriais soberanos, Mário Ruivo granjeou um enorme prestígio internacional. Foi presidente do Comité para a Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO (1980-88) e membro do Conselho Consultivo da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1986-1995). É de salientar o notável trabalho que teve como Presidente do Conselho Nacional de Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS), a que se dedicou de forma inquieta e feliz de 1997 a 2017, até ao último dia da sua vida.

Tive o privilégio humano de merecer a amizade do Professor Mário Ruivo. Sendo um cientista público, tinha um apurado sentido político e cultivava uma aliança virtuosa entre a Ciência e a Cultura, divórcio que hoje parece difícil de reparar.

Mário Ruivo era um homem culto que amava a vida e o mundo. A paroquialidade dos saberes não lhe interessava e sempre a contrariou. As Ciências Humanas e Sociais eram-lhe familiares. Apaixonavam-no as fronteiras da ciência e aqueles que, individual ou colectivamente, as tinham conseguido vencer. De acordo com a tradição fundadora do Centro Nacional de Cultura, em cujos órgãos de direcção desempenhou um papel muito activo, Mário Ruivo tinha uma visão federativa das ciências. Compreendia como poucos a importância das Humanidades e das Artes para a socialização educativa de uma visão integrada do Oceano. Hoje fala-se muito de "literacia azul" e de apelos afins. Nada disso é novo, embora possa ser importante se quebrar os limites da tecnocracia e a retórica neoliberal que amiúde acompanha a propaganda da "nova economia do mar".

Desse modo de ver e fazer é testemunho eloquente o livro que Mário Ruivo imaginou e coordenou em 2015: *Do Mar Oceano ao Mar Português* (edições CTT), uma obra colectiva que merece a melhor atenção. A participação empenhada de Mário Ruivo no Conselho Geral da Universidade de Coimbra e a sua colaboração com diversas universidades dotadas de centros de investigação nas áreas da oceanografia e pescas confirmam essa visão aberta das ciências e o seu apurado sentido reformista.

Mário Ruivo era um institucionalista que sabia cultivar os valores da ética pública. Os *commons* não eram para si uma tragédia – no sentido que lhes deu Garret Hardin no seu célebre artigo de1968 –, mas um desafio comum para as gerações futuras. Um desafio que implicava boa cooperação entre instituições multilaterais e nacionais e dinâmicas de governo interministeriais.

Mário Ruivo dirigiu e animou inúmeras instituições, mas nunca se conformou em mantê-las tal como as herdou. Algumas vezes perdeu as suas pequenas-grandes batalhas: foi muito ingrato o esvaziamento

funcional do Fórum Permanente dos Assuntos do Mar a que presidiu desde 2010. Neste como noutros casos, o mito de uma "sociedade civil" participante em estruturas consultivas de política pública cedeu ao realismo dos interesses.

Mário Ruivo trazia sempre ideias novas em movimento, projectos mobilizadores destinados a vencer inércias e a agitar águas paradas. Entendia a tecnocracia como um instrumento necessário, nunca como um fim em si mesmo. Esses eram traços comuns de uma personalidade enérgica, vibrante, carismática. A sua inteligência superior e o seu sentido diplomático conjugavam-se numa atitude negocial constante. Estratégia e acção combinava-as quotidianamente. Sabia como poucos que todas as utopias são construtivas. Uma das suas metáforas favoritas, que amiúde usava para persuadir os colegas e amigos a não desistirem e a embarcarem com ele, era semipessoana: *navegar é preciso, sim, mas o que importa é flutuar.* Fica o apelo e a minha sentida homenagem, extensiva à Sociedade de Geografia e à Maria Eduarda.